

POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DA ECONOMIA VERDE NO BRASIL

François Simioni Soares da Silva
Rodrigo Cantu de Souza

Universidade Federal de Pelotas - Francois.simioni@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas - Rodrigo.cantu@ufpel.edu.br

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo debater as potencialidades e as limitações da economia verde no Brasil a partir da Sociologia e da Ciência Econômica, no intuito de verificar quais as condições que se encontram para a consolidação dessa perspectiva e os problemas enfrentados, bem como visualizar o horizonte futuro no país.

2.METODOLOGIA

Para o embasamento deste trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica nas plataformas Scielo e Google acadêmico. Posteriormente, foi feita uma análise de conteúdo das obras citadas, a qual consiste em sintetizar as análises e contribuições dos artigos, dando ênfase na explicação do que seria a economia verde bem como suas potencialidades e as suas limitações no Brasil.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um contexto de emergências climáticas, exacerbada pressão sobre recursos naturais não renováveis e o aquecimento global, surge a necessidade de uma alternativa imperativa ao modo de produção linear atual, extração, produção e descarte. Nesse contexto, a economia verde segundo Young (2011) propõe que a dinamização da economia deve se dar pela expansão de setores de baixo impacto ambiental, através do incentivo no uso de energias renováveis, transportes verdes, gestão de resíduos, prédios verdes, agricultura sustentável, manejo florestal e pagamento por serviços ambientais. Esse processo de transição leva em consideração a sustentabilidade, que seria a capacidade de produzir de forma sustentável sem esgotar os recursos naturais e não poluir o planeta de forma irreversível, utilizando o conceito de economia circular. Segundo Pedro (2015) a economia circular favorece a conservação do valor em forma de energia, mão de obra e materiais a partir da transformação nesse modelo, na durabilidade, na remanufatura e reciclagem para manter os produtos e seus componentes circulando nos próximos processos produtivos, antes de serem descartados.

Após a introdução do conceito e da necessidade dessa transição em decorrência dos eventos climáticos e da ação humana, é importante discutir o potencial do Brasil nessa transição e os limites que o acompanham. Nesse sentido, o Brasil possui um vasto potencial para a economia verde, aproveitando sua biodiversidade e seus recursos naturais. A diversidade de técnicas como biomassa e biocombustível a partir do bagaço da cana de açúcar, Agroflorestas, plantio direto e a fixação biológica

de nitrogênio na agricultura sustentável e tecnologias sustentáveis como painéis solares, turbinas eólicas, podem ser exploradas de maneiras estratégicas para promover um desenvolvimento econômico e ambientalmente responsável segundo Macedo; Santos (2025). Em conformidade a isso, os autores afirmam a predominância de energias renováveis como fonte principal de consumo energético e uma matriz limpa diversificada no país em comparação com as grandes economias globais, dependentes de combustíveis fósseis.

Dessa maneira, pode-se inferir que o Brasil tem uma grande vantagem comparativa em relação as outras nações, na corrida por uma indústria verde competitiva se adequando as novas requisições e padrões de consumo globais. Em relação ao postulado, o país possui um programa chamado Nova Indústria Brasil que visa fomentar e assegurar investimentos para projetos que buscam desenvolvimento economicamente sustentáveis capazes de reduzir a pegada de carbono, minimizar a liberação de Dióxido de Carbono e acabar com o desperdício de recursos naturais não renováveis ao mesmo tempo que visa substituí-los. Este tipo de política de Estado, necessita integrar a produção circular com a Indústria 4.0, a integração digital surge como uma forma de racionalizar ao máximo o processo produtivo, ajudando a produzir com menos recursos naturais ao mesmo que tempo que diminui a pressão nos mesmos e polui menos, remanufaturando ou reutilizando um bem feito, e a integrar informações nas chamadas cidades inteligentes, capazes de preservar a natureza ao redor do espaço urbano e a adaptar-se as intempéries climáticas, melhorando as condições de vivência dos cidadãos segundo Pedro (2015). Entretanto, o otimismo da vontade deve ser ponderado pelo pessimismo da razão, pois a mesma vantagem comparativa de abundância em recursos naturais pode ser a mesma que impeça desenvolver a indústria verde, levando em conta a história do país, a doença holandesa ainda persiste e condiciona a especialização em exportação de commodities.

Esse problema pode atrapalhar a transição para à indústria verde se voltada a vender matéria prima ao exterior, ao invés de servir de base para as novas tecnologias de produção, como os minerais das terras raras que serviriam para a indústria 4.0 anteriormente citada. Esse paradigma, pode levar o Brasil a condição de extrativista verde, se adequando a demanda dos países centrais em relação as novas matérias primas requisitadas, poluindo o próprio território e, por conseguinte obrigando-se a adotar medidas de despoluição, resultado da terceirização dos países centrais tanto nas atividades danosas ao meio ambiente tanto naquelas que tentam restringi-las, um exemplo pertinente é o da produção de hidrogênio verde para a União Européia, que provém do processamento de combustíveis fósseis segundo Furtado; Paim (2024).

Aliado a isso, outro fator que pode ser um empecilho é que “.. em economias de mercado, decisões de longo prazo tomadas em um ambiente de incerteza não probabilística são apoiadas por "convenções" (crenças compartilhadas) que são construídas com regras, hábitos e instituições que mitigam o impacto da incerteza Keynes (2012) [1936] *apud* Feijó; Feil; Texeira (2024). Depreende-se que, em uma mudança radical de paradigma como esta, é imprescindível uma grande mudança estrutural, jurídica e econômica, mas também de comportamento social, uma convecção ao futuro verde e suas implicações no comportamento dos cidadãos, o que pode gerar muitas incertezas acerca do horizonte futuro, de realização das inversões no desenvolvimento verde e a distribuição desigual de tecnologias das cidades inteligentes nos espaços mais ricos, acentuando como as catástrofes

impactarão ainda mais os grupos sociais desamparados dessas ferramentas e aqueles carentes de estrutura material e de renda.

Dessa forma, seria necessário uma convergência na coordenação entre Estado e iniciativa privada, de forma que o retorno de curto prazo seja substituído por uma reestruturação do processo produtivo que vise uma produção sustentável que dará resultados a médio e longo prazo e uma integração das tecnologias inteligentes de forma a abranger a malha urbana das cidades, e em troca disso, tenha-se uma ancoragem das expectativas com crédito voltado a essa transição, juros menores e um tempo de retorno maior, segurança jurídica, e a integração de empresas públicas e privadas em cadeias produtivas estratégicas, naquilo que se chama de “casos de sucesso”.

4.CONCLUSÕES

Em síntese, pode-se concluir então que, ao mesmo tempo que o país tem a maior e mais diversificada fonte de energia limpa renovável Macedo; Santos (2015) seguimos sendo exportadores de commodities que são recursos naturais intensivos em emissão de poluentes Young (2011). Para destravar a transição verde, necessita-se de uma contínua política de Estado para incentivar a integração digital a indústria para a introdução e o funcionamento de uma economia circular e sustentável efetiva Pedro (2015). Aliado a isso, tentar integrar todas as partes do tecido urbano das cidades inteligentes buscando alcançar uma maior justiça climática e também, ao invés de exportar grande parte da matéria prima, se busque integra-las ao projeto de consolidação da economia verde através da indústria 4.0, ou nos transformaremos em extrativistas verdes nesse novo ciclo mundial de transição.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MACEDO, Luiz Alberto Bellucci; SANTOS, João Almeida. O Potencial e a Capacidade do Brasil de Investimentos na Economia Verde Com a Tendência da Transição Global no Século XXI. **Revista do Encontro de Gestão e Tecnologia**. [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1-12, 2025.

PEDRO, Maria Olívia Brandão. **Instrumentos e políticas públicas para incentivo à quarta Revolução Industrial (Indústria Verde)**. 2015. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Escola Nacional de Administração Pública.

YOUNG, C.E.F. Potencial de crescimento da economia verde no Brasil. **Política Ambiental**. v. 2, p. 88-97, 2011.

FEIJÓ, Carmem; FEIL, Fernanda; TEIXEIRA, Fernando Amorim. Reindustrialização na convenção de desenvolvimento sustentável. **Revista brasileira de Economia Política**. p. 20-35, 2024.



FURTADO, Fabrina; PAIM, Elisangela. Energia renovável e extrativismo verde: transição ou reconfiguração?. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**. [S.l.], v. 26, n. 1, p. 1-28, 2024.